



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

SENTENÇA

Processo nº: **1009784-43.2018.8.26.0037**
Classe - Assunto: **Mandado de Segurança - Aposentadoria / Pensão Especial**
Impetrante: **Maria do Carmo Suares Lima**
Impetrado: **Dirigente Regional de Ensino da Diretoria de Araraquara**

Juiz de Direito: Dr. **João Baptista Galhardo Júnior**

Vistos etc.,

MARIA DO CARMO SUARES LIMA, qualificada nos autos, interpôs mandado de segurança em face de ato da **DIRIGENTE REGIONAL DE ENSINO DA DIRETORIA DE ARARAQUARA**, em que alegou que teve seu pedido de liquidação por tempo de serviço negado, tendo em vista não ter completado 50 anos de idade, ocorre que com vistas na EC 47/05 a impetrante já completou os requisitos para a aposentadoria integral com paridade. Assim, pleiteou em tutela antecipada a concessão da aposentadoria de forma imediata, com paridade de vencimento e ao final, fosse convolado em definitivo a liminar. Com a inicial vieram os documentos.

A tutela de urgência postulada foi indeferida. Ato contínuo requisitou-se informações à autoridade coatora. Deu-se ciência ao correspondente ente público.

Notificada a autoridade coatora, prestou suas informações. A Fazenda Pública do Estado de São Paulo interveio como assistente litisconsorcial. Ao final o representante do Ministério Público declinou de sua intervenção.

É O RELATÓRIO.

FUNDAMENTO E DECIDO.

1009784-43.2018.8.26.0037 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

Não há respaldo jurídico para concessão da ordem.

Conforme se constata na EC 47/05 se faz necessário que todos os requisitos constantes em seu artigo 3º sejam preenchidos de forma cumulativa para ser possível a concessão da aposentadoria. Quais sejam:

1 - Haver ingressado no Serviço Público até o dia 16/12/98, data de publicação da EC nº 20; **2**- 25 anos de efetivo exercício no Serviço Público; **3** - 15 anos de carreira; **4** - 5 anos no cargo em que se dará a aposentadoria; **5** - **35 de contribuição, se homem e 30, se mulher;** **6** - Para cada ano a mais de contribuição que ultrapasse os 35 e 30, diminui-se um na idade limite de 60 e 55 anos, respectivamente para homens e mulheres.

Ocorre que com vistas na validação de tempo de contribuição (fls. 196/167) a impetrante possui apenas 29 anos de tempo de contribuição, deixando assim de comprovar um dos requisitos acima explicitados.

Ante o exposto, **DENEGO A ORDEM** postulada na inicial.

Arcará a impetrante com o pagamento das custas e despesas processuais, estando isento dos honorários advocatícios, ao teor da Súmula 105 do S.T.J e art. 25 da Lei 12.016/2009.

P.I.C

Araraquara, 24 de setembro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**